

## Como escrever um artigo científico? A proposta do quadrante metodológico

How to write a scientific paper? The proposed methodological quadrant

Janete Ricken Lopes de Barros

Sidraque David Monteiro Anacleto

**RESUMO:** O trabalho apresenta um roteiro prático para que os alunos iniciantes da graduação de Direito tenham noções básicas para escrever um artigo científico. A proposta é a utilização do “quadrante metodológico”, consubstanciado no seguinte vetor: tema-problema-hipótese-marco teórico, para a produção de qualquer espécie de trabalho científico. Inicia-se com a importância da leitura e da compreensão para a criação de um texto próprio, evitando-se a repetição. Apresenta-se a importância da busca do objeto da pesquisa de forma mais ampla para, em seguida, passar para a construção do conhecimento científico, problematizando o tema e apresentando a solução inicial ao problema. O trabalho aborda, ainda, a busca de fontes para a formação do marco teórico. Assimilados os passos do quadrante, o aluno pesquisador estará pronto para a iniciação científica.

**PALAVRAS-CHAVES:** Artigo científico; leitura; compreensão; tema; problema; hipótese; marco teórico.

**ABSTRACT:** The paper presents a practical roadmap for students to graduate from beginner basics of law have to write a scientific paper. The proposal is to use the "methodological quadrant" embodied in the following vector: problem-theme-hypothesis-theoretical framework for the production of any kind of scientific work. It begins with the importance of reading and understanding to create a text itself, avoiding repetition. Shows the importance of seeking the object of research more broadly to then move to the construction of scientific knowledge, discussing the theme and presenting the initial solution to the problem. The paper addresses also the search for sources to form the theoretical framework. Assimilated the steps of the quadrant, the student researcher will be ready for scientific initiation.

**KEYWORDS:** Scientific paper, reading, understanding, theme, problem, hypothesis, theoretical framework.

### Introdução

O presente trabalho pretende traçar um roteiro para a produção de um artigo científico, visando servir de instrumento para os alunos da graduação de Direito que iniciam a vida acadêmica.

A inquietação para a elaboração desse trabalho advém da observação da dificuldade do aluno, recém saído do ensino médio, que é inserido em um novo ambiente extremamente

formal, com linguagem específica, que se depara com a necessidade de fazer pesquisa e escrever artigos científicos com metodologia e conteúdo jurídico.

A pesquisa científica se afasta da ideia de um amontoado de dados sobre um determinado tema, a fim de evitar-se mera reprodução. É necessário que encontrado o assunto que se pretende pesquisar, problematize-se o tema. É exatamente o problema que guiará o aluno. A busca da resposta ao problema levará à leitura do acervo bibliográfico acerca do tema e, se necessário, da pesquisa empírica. Com a leitura do material, surgirão as categorias de análise ou referenciais teóricos que comporão o marco teórico e darão sustentação à hipótese, que é a resposta prévia ou a solução que o pesquisador tem em mente ao iniciar a pesquisa.

Sustenta-se, inicialmente, que assimilados esses passos, em regra utilizados na construção de um projeto de pesquisa, o pesquisador estará apto a produzir um trabalho científico, seja um artigo ou uma monografia.

Com base do caminho acima traçado, é que se propõe a utilização do “quadrante metodológico”, consubstanciado no seguinte vetor: tema > problema > hipótese > marco teórico, para a produção de qualquer espécie de trabalho científico (anexo I).

A obra de Miracy Gustin “(Re) pensando a pesquisa jurídica: teoria e prática” foi utilizada como bibliografia básica para o desenvolvimento das principais categorias teóricas utilizadas no presente artigo.

A proposta do presente artigo é desenvolver cada módulo do quadrante, trazendo dicas e sugestões práticas ao aluno-pesquisador, propondo um modelo simples e metodológico para a construção de trabalhos científicos no Direito.

## **2 Leitura, compreensão e escrita**

Inicia-se com algumas considerações preliminares acerca da importância da leitura para se destacar um objeto de estudo que culmine na elaboração de um artigo científico, ressaltando três momentos: a leitura, a compreensão e a escrita.

No trabalho apresentado na abertura do Congresso Brasileiro de Leitura, realizado em Campinas, em novembro de 1981, denominado “A Importância do ato de ler”, Paulo Freire defende que: “o ato de ler não se esgota na decodificação pura da palavra escrita ou da

linguagem escrita, mas que se antecipa e se alonga na inteligência do mundo” (FREIRE, 2009, p. 11). Ou seja, não basta o aluno decifrar os termos jurídicos que lhes são apresentados em sala de aula ou nas orientações, porque a leitura somente ocorrerá quando ele for capaz de identificar aqueles termos em seu próprio mundo. Significa dizer que a etapa de leitura decorre de um processo individual de apropriação do objeto lido.

A experiência em docência em ensino superior na carreira jurídica demonstra que o processo de apropriação pelo discente é dificultoso e extremamente penoso, pois existe um alheamento, tomado no sentido de apartado, do graduando com o mundo jurídico. O aluno regular, aquele que ingressa no ensino superior entre 17 e 19 anos de idade logo após o término do ensino médio, etapa final da educação básica, é treinado dentro de um sistema de ensino que o considera como aptos para o trabalho e para o exercício da cidadania (Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, art. 35 e incisos).

Durante a fase derradeira, assimila e reproduz, sem questionamentos, toda informação armazenada nas diferentes áreas do conhecimento que lhe é ministrada em menos de três anos. Estuda desde termodinâmica até química inorgânica, sem especificar as demais matérias que fazem parte da grade curricular das principais escolas particulares de Brasília e requeridas em certames de ingresso na universidade pública<sup>1</sup>. Esse excesso de informação é minimamente aproveitado nos cursos da área jurídica uma vez que o direito posiciona-se dentro das ciências sociais aplicadas e a maior carga das disciplinas relaciona-se com ciências exatas. Existe, assim, um descompasso entre os conhecimentos acumulados pelo graduando e os exigidos na educação superior.

Esse aluno é lançado no curso de graduação em direito e precisa transicionar do estado de receptor universal de informações para o de acadêmico num campo do saber que padece de dificuldades quanto ao seu caráter científico diante de sua dupla identidade: interpretativa e normativa (FERRAZ JR., 1980, p. 15).

Em planos paralelos, e não menos importantes, destaca-se o fenômeno da hiperconectividade da geração dos discentes atuais que os distancia cada vez mais do conhecimento e face da informação. O texto escrito demanda uma reflexão mais profunda sobre assuntos, competências e conhecimentos requeridos na educação superior enquanto o mundo on-line impede por absoluta impossibilidade física de manter-se conectado e concentrado na leitura de um livro. O cenário não parece animador, mas é dentro dele que o aluno deverá ser resgatado e motivado para transformar a informação em conhecimento.

Por isso, são necessárias pontes robustas para interligar a amplitude do direito, como objeto de estudo e, a realidade do aluno ingressante num mundo on-line.

Prossegue Paulo Freire afirmando que “a leitura do mundo precede sempre a leitura da palavra e a leitura desta implica a continuidade da leitura daquele” (2009, p. 20). Em outros termos, o discente lê os textos jurídicos através das lentes de seu próprio mundo, como as palavras lidas até então pelo aluno iniciante se distanciam do curso acadêmico escolhido restaria a análise do mundo do estudante, que também é limitado, seja pela pouca idade ou pela falta de contato com a realidade social fora do eixo escola x família.

Se a realidade em que está inserido é limitada, sua interpretação será limitada. O embaçamento é inversamente proporcional ao tamanho do mundo do acadêmico. Quanto maior for a vivência social do aluno menor será a dificuldade de leitura dos fatos jurídicos, pois estão dispersos na sociedade. É possível identificar, assim, uma dificuldade do ingresso regular, recém saído do ensino médio, protegido e vigiado, que de repente é colocado em um ambiente extremamente formal, com linguagem específica, em proceder a leitura da ciência jurídica, pois esta requer como requisito implícito essencial a ampliação do mundo do leitor aluno.

O primeiro passo, portanto, para o processo de escrever um texto científico é apreender a ler, com a perspectiva de ampliação constante do mundo do discente para a compreensão do texto de direito.

A compreensão ocorre por meio do estudo. De acordo com Paulo Freire

o Estudo exige sempre esta atitude séria e curiosa na procura de compreender as coisas e os fatos que observamos. Um texto para ser lido é um texto para ser estudado. Um texto para ser estudado é um texto para ser interpretado. Não poderemos interpretar um texto se o lemos sem atenção, sem curiosidade; se desistimos da leitura quando encontramos a primeira dificuldade” (2009, pp. 58-59).

O ponto de destaque é a atitude individual séria e curiosa diante da riqueza do texto lido e daquilo que poderá ser assimilado. Jorge Miranda contribui ao destacar que: “não há estudo sem leitura criteriosa, dirigida ao essencial, atenta, com tempo para assimilação” (1998, p. 37). A seriedade, a atenção e a curiosidade individual são pontos mais relevantes apontados por estudiosos reconhecidos no campo do saber.

Maria Eugênia Castanho aponta para a pouca curiosidade do aluno ingressante, “fruto de muitos anos de um processo que não estimulou sua capacidade criadora” (1989, p. 78), assertiva constatada por meio de pesquisa empírica realizada na década de oitenta do século passado cujas conclusões permanecem atuais e preocupantes.

A seriedade e a atenção são atitudes internas do aluno, que muitas vezes permanecem em letargia intensa durante o curso, despertado o discente após a formatura aqueles lapsos serão percebidos nos momentos de avaliações gerais como o exame de ordem. O que deveria ser uma ascensão ao longo de um processo transforma-se numa frustração pelo tempo perdido. Assim, o aluno pesquisador ao ser despertado necessita da curiosidade e da atenção para se transformar num autor que, em essência, é um leitor. Paulo Freire conclui “estudar é criar e recriar, é não repetir o que os outros dizem” (2009, p. 59). Por isso, o objetivo da leitura acrescida da compreensão é a criação, por texto próprio e, não por repetição.

### **3 Metodologia**

Toda pesquisa deve ser trabalhada metodologicamente para que o estudante esclareça os caminhos que serão tomados na elaboração do trabalho científico. Tal elucidação é base para que outros pesquisadores sigam os passos trilhados e possam propor aprimoramentos ou mesmo identificar erros e impropriedades. A metodologia é essencial para o desenvolvimento da própria ciência do direito.

Segundo Miracy Gustin, a metodologia é muito mais do que “um conjunto de técnicas e procedimentos utilizados para a construção de um trabalho científico, pois incorpora também a dimensão teórica dada à investigação” (2010, pp. 80-81).

O tema, os objetivos, o problema, a hipótese, o referencial teórico e as referências bibliográficas são elementos que permitem a auditagem dos dados apresentados, não quanto aos fins (conclusões), mas quanto aos meios utilizados que levaram aquele fechamento. A observância estrita dos passos previamente apontados não livrará o pesquisador de eventuais angústias decorrentes da matéria objeto de estudo, mas evitará ou limitará as impropriedades e as incoerências, próprias da ausência de método.

Desse modo, a utilização da metodologia no estudo do direito é algo mais do que salutar, pois é essencial para a checagem dos conhecimentos apresentados e superação de

paradigmas, essencialmente num momento de grandes mudanças dos tempos atuais na política, na sociedade e por fim, também no direito.

Com relação à abordagem, têm-se três eixos teórico-metodológicos, que poderão ser combinados entre si ou com outras vertentes: pesquisa dogmática ou instrumental; pesquisa sócio-jurídica; pesquisa epistemológica.

A pesquisa dogmática utiliza doutrina, jurisprudência e legislação e é a mais adequada para o aluno que está se iniciando na pesquisa científica. Ela tem por objetivo verificar a coerência do sistema jurídico e de seus elementos.

Ao contrário da pesquisa dogmática ou instrumental, a pesquisa sócio-jurídica vai tentar conhecer as incoerências do sistema jurídico, relacionando-o com outras ciências, o que se chama de interdisciplinaridade.

A pesquisa epistemológica está voltada ao estudo dos fundamentos de um sistema qualquer, seja jurídico, seja de ideias. Interessa-se por conceitos, categorias fundamentais da ciência, seus paradigmas, fundamentos do discurso jurídicos e seus valores, normas jurídicas e conceitos jusfilosóficos. Investiga a própria ciência jurídica, sua identidade e fundamentos científicos ou valorativos e até o questionamento da própria atividade investigativa dos juristas.

Verificada a importância do aluno se aproximar da metodologia da pesquisa para entender o caminho da pesquisa do objeto a ser estudado, passa-se à exposição do primeiro passo do quadrante metodológico: o tema.

#### **4 Tema – primeiro quadrante**

Na elaboração do texto científico a escolha do tema é a etapa inicial, seguida da pesquisa bibliográfica. O tema começa com a leitura prévia e não com uma ideia. A primeira desperta a segunda, o método atuará sobre o tema para que ao final, o leitor acompanhe os passos do pesquisador e também desenvolva suas conclusões.

Jorge Martins destaca que o trabalho científico pressupõe uma pesquisa prévia, em que a pessoa estuda para “conhecer melhor alguma coisa, ou investigar um determinado fato”.

Essa ideia transforma-se no objeto da pesquisa (tema) e será concretizada na forma de um projeto, da investigação sistematizada a respeito de algum

problema, fato, fenômeno ou situação problemática. O projeto representa uma proposta de trabalho, quer dizer, de um modelo operacional ou metodológico capaz de conduzir a realização da pesquisa através de etapas ou fases, cada uma com seus componentes próprios, destinados a alcançar certo resultado. Denomina-se também projeto formal, uma vez que parte de planejamento preestabelecido e organizado para indicar: o que deve ser alcançado; por que deve ser feito; como deve ser feito; quando e onde deve ser feito (MARTINS, 2007, p. 132).

Miracy Gustin destaca critérios e elementos internos e externos para a escolha e a delimitação do tema de pesquisa:[...] “o assunto deve ser adaptado à capacidade e ao nível de qualificação, às inclinações e interesses do pesquisador; [...] tempo para a realização da pesquisa, bibliotecas, material e capacidade dos bancos de dados disponíveis, possibilidade de consulta a especialistas, entre outros” (GUSTIN, 2010, p. 56).

O aluno deve ter presente esse aspecto antes de aventurar-se. Assuntos complexos demandam abordagens sistematizadas, calcadas em pesquisas bibliográficas exaurientes quanto ao tema discutido num contexto de interdisciplinaridade.

Délcio Salomon destaca, por seu turno, fatores psicossociais “em termos até de causa-efeito: da adequação do tema ao indivíduo dependerá a *energia*, a *velocidade*, o *rendimento* e a *constância* exigidos para a realização de um trabalho científico”, para o sucesso ou o fracasso do projeto de pesquisa. “Escolher o objeto de pesquisa, todavia, não é algo muito simples, exigindo do acadêmico pesquisa, conhecimento e reflexão” (SALOMON, 1996, pp. 191-192).

Desse modo, a escolha do tema é o resultado de questionamentos internos do autor de seleção e especificação de assuntos que foram objeto de leituras parciais. Seleção diante da diversidade e da capacidade individual de apreender o assunto. Especificar para delimitar e aprofundar a análise.

Para alcançar seu objetivo, o aluno precisa buscar nas fontes de pesquisa. Além dos livros, os arquivos digitais ganham maior destaque diante da facilidade de acesso e da quantidade de documentos disponíveis, porém, a abundância tem um preço alto quanto a fidedignidade da autoria e a relevância da informação.

Nesse particular, registra-se a manifestação de Umberto Eco, quando indagado sobre a diferença entre o conteúdo disponível na internet e o de uma enorme biblioteca:

A diferença básica é que uma biblioteca é como a memória humana, cuja função não é apenas a de conservar, mas também a de filtrar – muito embora

Jorge Luis Borges, em seu livro *Ficções*, tenha criado um personagem, Funes, cuja capacidade de memória era infinita. Já a internet é como esse personagem do escritor argentino, incapaz de selecionar o que interessa – é possível encontrar lá tanto a *Bíblia* como *Mein Kampf*, de Hitler. Esse é o problema básico da internet: depende da capacidade de quem a consulta. Sou capaz de distinguir os sites confiáveis de filosofia, mas não os de física. Imagine então um estudante fazendo uma pesquisa sobre a 2.a Guerra Mundial: será ele capaz de escolher o site correto? É trágico, um problema para o futuro, pois não existe ainda uma ciência para resolver isso. Depende apenas da vivência pessoal. Esse será o problema crucial da educação nos próximos anos (ECO, 2010, pp. S4-S5).

A resposta a algumas indagações são extremamente úteis para principiar a produção do artigo, que se inicia, então, pela delimitação do tema:

- Qual é o tema?
- Como o escolheu?
- Por que o escolheu? (justificativa)
- Qual é a relevância do tema: política, social, acadêmica?
- Qual é o contexto histórico-político do tema?
- Tenho familiaridade suficiente com o tema para desenvolvê-lo?
- Há fontes disponíveis para pesquisa-lo?

A partir de respostas claras às perguntas supra mencionadas, o aluno estará apto a iniciar o desenvolvimento de seu trabalho de maneira segura e consistente. Essas assertivas bem articuladas poderão fazer parte da introdução do trabalho.

Algo do tema tem que ter o condão de despertar o aluno-pesquisador a responder uma inquietação, quer seja, o problema.

O desafio é encontrar a inquietação, a dúvida que motivou o estudante na escolha do tema. Não pela teoria, nem pela observação, nem ‘por premissas, como acreditava o velho racionalismo’ [...]. quando se diz que a pesquisa começa com um problema, ainda não se propõe a necessidade de sua formulação” (SALOMON, 1996, pp. 196-197), mas, diante da realidade pessoal do pesquisador, que à luz de seu mundo poderá enxergar matizes, sabores, fragrâncias, ainda não percebidas.

Assim, neste primeiro item é importante que o aluno apresente o tema de forma mais ampla para, em seguida, passar para a construção do conhecimento científico: problema > hipótese > marco teórico.

## 5 Problema – segundo quadrante

Importante ressaltar que o objeto de pesquisa será delimitado com a problematização. A definição do problema advém das experiências, do senso comum, situação que será modificada com a leitura prévia acerca do tema, com o conjunto de conceitos e teorias que serão utilizados como quadro de referência e trarão a percepção do que é real. “O problema deve ser levantado e formulado de forma interrogativa e delimitado com indicações dos referenciais teóricos que sustentam as relações entre os diversos estudos que serão abordados” (XIMENES, 2008, p. 4798).

Problematizar é propor o tema na forma de uma situação que inquiete ou de uma dificuldade a ser discutida. Para problematizar costuma-se perguntar: por que acontece isso? Como seria o contrário?  
Problematiza-se o tema porque, sem problema ou dificuldade não há campo para pesquisa.  
[...]  
Problematizar um tema é, pois, enunciá-lo na forma de algo que, precise ser pesquisado ou resolvido (MARTINS, 2007, p. 136).

Se a curiosidade está na base na leitura e por conseguinte na escolha do tema, a inquietação com relação ao tema constitui o baldrame da segunda etapa do quadrante metodológico.

A situação-problema constituída no projeto é sempre formulada como indagação, como uma questão que o investigador se atribui pela primeira vez ou que permaneceu sem solução em pesquisa anterior, de sua responsabilidade ou de outras equipes de investigação. Deverá pôr em evidência as condições de oportunidade, novidade e relevância e ter uma dimensão viável, tanto no que se refere ao conteúdo, quanto à área de abrangência da pesquisa e ao tempo disponível (GUSTIN, 2010, p. 58).

A linguagem do problema deve ser clara e precisa e o mesmo deve estar conectado com a esfera empírica, isto é, os valores devem ser expostos e analisados objetivamente, como fatos. Situações-problemas, em termos científicos, não podem ser confundidos com juízos morais (GUSTIN, 2010, p. 58).

Na elaboração do problema, a principal dica é elaborá-lo em forma de pergunta, agregando elementos de demonstrarem a maturidade com o tema. Deve ser evitada a pergunta

simplista. O problema deve ser claro e preciso. Corolário da problematização é a delimitação temática ou corte metodológico. Como esclarece Martin

Delimitar o foco de investigação é reduzir a extensão do assunto a pesquisar, é diminuir seu campo, é dar preferência a um só ângulo a ser investigado para facilitar mais o estudo e a análise do tema escolhido e não se perdem em informações dispersivas, ou seja, escolher apenas um aspecto entre vários focos ou ângulos listados pelos quais poderá ser encarado ou tratado. Delimitar é especificar um assunto temático, dimensioná-lo a um só aspecto para:

reduzir o campo de seu estudo;

facilitar a busca do que se quer saber sobre ele;

definir melhor a escolha do referencial teórico de apoio que conduza a fazer perguntas sobre o tema (MARTINS, 2007, p. 139).

O corte metodológico reduz a extensão do assunto fixado no tema de modo que facilita o levantamento bibliográfico a ser realizado pelo aluno, especialmente quanto ao marco teórico subjacente à pesquisa.

No problema deve aparecer a redução do campo de pesquisa sobre o assunto, evitando-se expressar opiniões tendenciosas sobre o tema para centrar-se naqueles pontos suscetíveis de solução.

## **6 Hipótese – terceiro quadrante**

A hipótese é a oferta de uma solução possível ao problema formulado em relação ao objeto da pesquisa. É uma expressão discursiva passível de ser declarada verdadeira ou falsa. [...], a hipótese é uma resposta prévia e não uma pergunta ou indagação (GUSTIN, 2010, p. 66).

Formular uma hipótese é estabelecer uma relação entre duas ou mais variáveis que se baseia nas relações dedutivas de causa e efeito, produtor e produto. Num trabalho científico, o pesquisador não pode limitar-se a formular apenas uma hipótese, mas deverá construir bom número delas sobre o problema, pois elas constituirão alternativas que devem ser especificadas e avaliadas (MARTINS, 2007, pp. 145-146).

Portanto, a hipótese de trabalho é a proposta prévia de resposta ao problema apresentado, a solução possível com o arcabouço teórico do aluno antes do estudo das

variáveis teóricas. Sendo que, tal proposição deve testável mediante a análise de seus fundamentos. Ao final, o pesquisador vai comprovar ou não esta hipótese.

## **7 Marco teórico – quarto quadrante**

Marco teórico é uma afirmação específica de determinado teórico, não de sua obra. [...]. O marco teórico seria esse fundamento que respalda toda essa argumentação e lhe dá sentido ou, inclusive, uma de suas afirmações que seja incisiva e que reporte a algo que sustente uma idéia que tenha sido teórica ou empiricamente constatada” (GUSTIN, 2010, p. 35).

O marco teórico contempla os principais argumentos teóricos utilizados para conectar o problema a sua hipótese. Contudo, mais do que descrever os autores escolhidos para analisar o tema, é importante analisar os argumentos, teorias e conceitos que eles estão utilizando para defender um determinado ponto de vista.

A apresentação dos autores deverá estar acompanhada das referências completas, ou seja, através de nota de rodapé com indicação da fonte consultada ou no sistema autor-data. Não adianta somente enumerar os autores, sem explicar por que eles foram escolhidos e qual o fundamento das ideias.

Sempre que no trabalho for transcrita a ideia de um autor, ou o trecho de uma obra, deverá seguir de um comentário do aluno, informando porque aquele conceito é importante para o trabalho. O pesquisador deve estar sempre dialogando com seu próprio texto, utilizando o problema e a hipótese informados na introdução do artigo científico. Caso contrário, seu trabalho vai se assemelhar a uma colagem de pensamentos de atores<sup>ii</sup> e um mero apanhado de conceitos, mera reprodução sem criação.

Portanto, o projeto de pesquisa, passo que deve como preparativo de um trabalho científico, trata-se de uma breve exposição dos elementos teóricos que, provisoriamente, permeiam a discussão apresentada. O aluno-pesquisador estabelecerá uma grade de leitura, identificando os pressupostos utilizados e as limitações da grade, mencionando algumas teorias.

Não há um número padrão de referências bibliográficas para a elaboração de um artigo científico. Entretanto, o aluno deve ter em mente que tanto a escassez, quanto o excesso de

referências podem prejudicar o texto. É importante saber que o texto produzido precisa, necessariamente, estar embasado em ideias e conceitos de autores que tenham relevância acadêmica e que auxiliarão na sustentação do ponto de vista do aluno no artigo. Tem-se, assim, o marco teórico.

## **Conclusão**

O “quadrante metodológico” apresentado neste artigo perpassa todo trabalho científico. Assim, tem-se que encontrado o tema, elaborados o problema – hipótese, montado o referencial teórico, como tarefa prévia, o discente está apto a iniciar cientificamente nos trabalhos acadêmicos.

O quadrante formado no projeto de pesquisa será utilizado no artigo científico, após o estudo da bibliografia prévia separada pelo aluno na montagem do marco teórico.

O trabalho científico pressupõe uma pesquisa prévia, em que o aluno se aproxima do objeto a ser pesquisado. Consubstancia-se na etapa de estudar para conhecer melhor alguma coisa, ou investigar um determinado fato, é quando se encontra o tema e será concretizado na forma de um projeto, que deverá conter, ainda, o problema, a hipótese e o marco teórico.

Em suma, o problema de pesquisa consiste na pergunta central que deverá ser desenvolvida no decorrer do texto. O problema deve ser claro e preciso, evitando-se opiniões tendenciosas sobre o tema. O problema parte de uma inquietação de senso comum, mas deve ser estruturado a partir de leituras prévias acerca do assunto que se pretende estudar.

A hipótese é a resposta provisória do problema apresentado logo na introdução do trabalho científico. Dessa maneira, ela estará fundamentada em uma percepção inicial do problema/inquietação que o aluno tem acerca do tema. No decorrer da pesquisa e da escrita do artigo a resposta para o problema lançado poderá ser alterada em função da maturidade da pesquisa construída, sem prejuízo do trabalho já desenvolvido.

Por fim, o referencial teórico ou marco teórico é o conjunto de ideias e conceitos dos quais o aluno se vale para fundamentar cientificamente os seus argumentos no texto. Logo, não se pode construir um texto científico sem um marco teórico. Normalmente, esse marco teórico é orientado por um autor ou conjunto de autores que discutem ou comungam das ideias que o aluno se propôs a debater.

A apresentação dos autores deverá estar acompanhada das referências completas, cujas regras são ditadas pela ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas)<sup>iii</sup>, bem como o pesquisador deverá dialogar com os conceitos trazidos, usando sempre de norte o problema e a solução que se propõe a encontrar com a pesquisa científica.

É importante, ainda, para um bom texto que o aluno escolha as regras da ABNT que irá utilizar e padronize seu trabalho, evitando “poluir” o texto com excessos de destaques e diferentes tipos e tamanhos de letras.

## **REFERÊNCIAS**

CASTANHO, M. I. (1989). **Universidade à noite: fim ou começo de jornada?** Campinas, SP: Papyrus.

ECO, U. (13 de março de 2010). **Eletrônicos duram 10 anos**, Livros, 5 séculos. O Estado de S.Paulo , S4-5.

FERRAZ JR., T. S. (1980). **A ciência do direito** (2 ed.). São Paulo, SP: Atlas.

FREIRE, P. (2009). **A importância do ato de ler: em três artigos que se completam** (50 ed.). São Paulo, SP: Cortez.

GUSTIN, M. (2010). **(Re) pensando a pesquisa jurídica: teoria e prática** (3 ed. rev. e atual. ed.). Belo Horizonte, MG: Del Rey.

MARTINS, J. S. (2007). **Projetos de pesquisa: estratégias de ensino e aprendizagem em sala de aula** (2 ed.). Campinas, SP: Armazém do Ipê (Autores Associados).

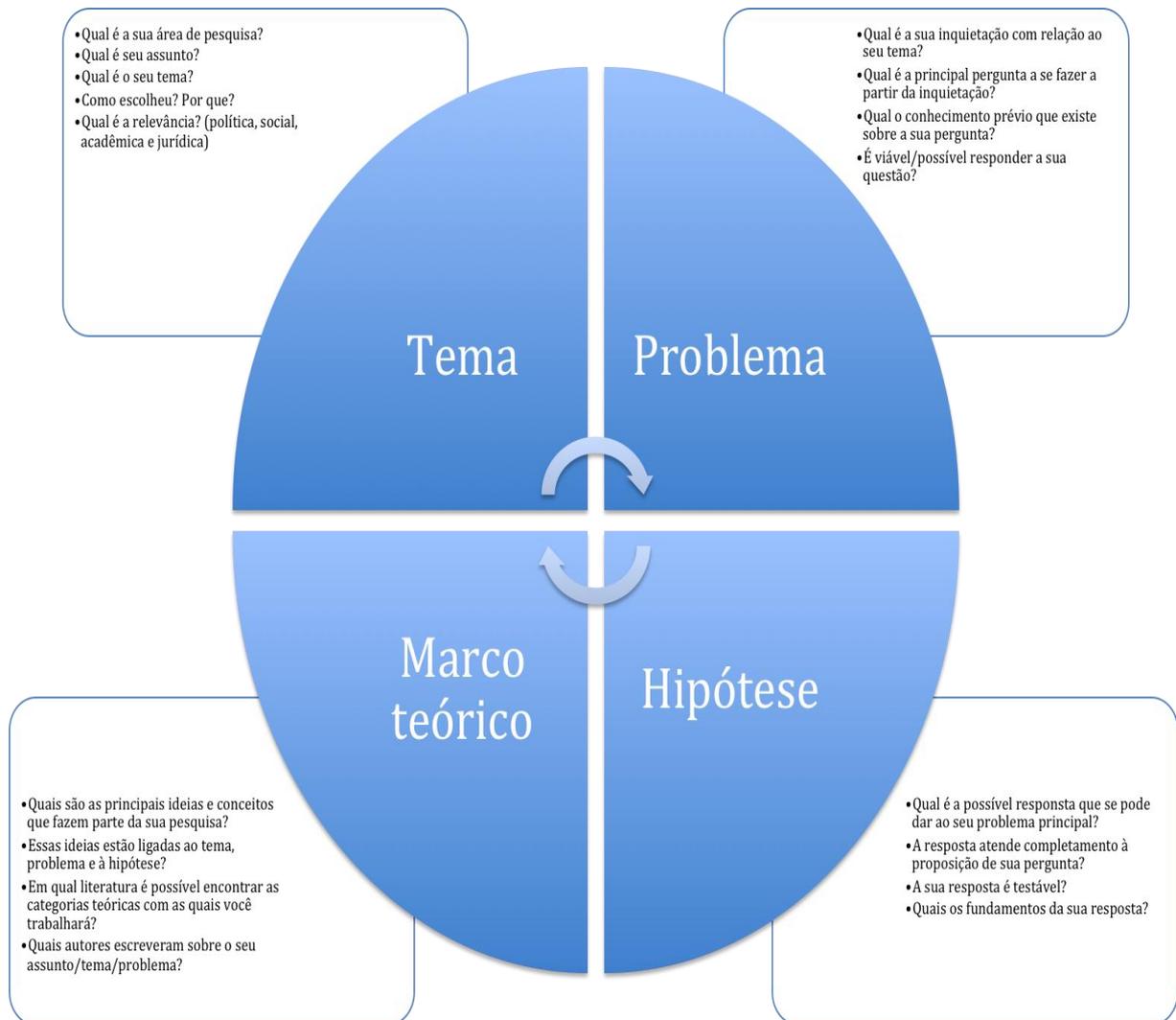
MIRANDA, J. (1998). **Manual de Direito Constitucional** (2 ed., Vol. IV). Coimbra: Coimbra Editora.

SALOMON, D. V. (1996). **Como fazer uma monografia** (4 ed.). São Paulo, SP: Martins Fontes.

VIEIRA, L. (2007). **Pesquisa e monografia jurídica. Na era da informática** (3 ed.). Brasília, DF: Brasília Jurídica.

XIMENES, Júlia Maurmann (2010). **O Comunitarismo e Dinâmica do Controle Concentrado de Constitucionalidade**. Rio de Janeiro: Lumen Juris.

## ANEXO I – O QUADRANTE METODOLÓGICO



---

<sup>i</sup> Os candidatos para provimento de vagas nos cursos de graduação presenciais oferecidos pela Universidade de Brasília (UnB) para o 2º Vestibular de 2012 serão submetidos a provas de conhecimento sobre as seguintes disciplinas: Língua Portuguesa, Literaturas de Língua Portuguesa, Geografia, História, Artes (Cênicas, Visuais e Música), Filosofia, Sociologia, Biologia, Física, Química e Matemática. Disponível em: [http://www.cespe.unb.br/vestibular/2VEST2012/arquivos/ED\\_1\\_2012\\_2\\_VEST\\_AB\\_T\\_FINAL.PDF](http://www.cespe.unb.br/vestibular/2VEST2012/arquivos/ED_1_2012_2_VEST_AB_T_FINAL.PDF). Acesso em: 5/abr./2012.

<sup>ii</sup> Para mais detalhes sobre a opção metodológica utilizada v. GUSTIN, Miracy B. de Souza, DIAS, Maria Tereza F. **(Re) pensando a pesquisa jurídica: teoria e prática**. 2 ed. Belo Horizonte: Del Rey, 2006.

<sup>iii</sup> <http://www.abnt.org.br/>